

19.março.2014 – 18h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** **Associações Nacional de Professores Contratados (ANPC)**
Professores Pedro Gomes Vieira, Maria Inês Garcia Pequeno, Carlos Costa e João Almeida.
- Recebido por:** Deputados Duarte Marques (PSD), Isilda Aguincha (PSD), Luís Fazenda, (BE), Maria Conceição Pereira (PSD), Maria da Conceição Caldeira (PSD), Maria José Castelo Branco (PSD), Rita Rato (PCP), Agostinho Santa (PS), António Cardoso (PS), Emília Santos (PSD), João Prata (PSD), Maria Manuela Tender (PSD), Paula Baptista (PCP) e Rosa Arezes (PCP).
- Assunto:** Concurso extraordinário para vinculação de professores contratados.

Exposição: O Sr. Professor Pedro Gomes Vieira agradeceu a concessão de audiência e fez uma breve apresentação em PowerPoint, que pode ser consultada [aqui](#), e que se baseou em três pontos fundamentais:

- Dados sobre a precariedade laboral docente em Portugal;
- Diretiva Comunitária 1999/70/CE;
- Propostas da ANPC para evitar a utilização abusiva de sucessivos contratos a termo.

Terminou, colocando aos Deputados presentes um conjunto de questões relativas a esta problemática e que, em síntese, se indicam:

- Posição sobre a situação dos professores que à data de hoje já cumpram os critérios apresentados pelo MEC e que venham a ficar de fora da vinculação extraordinária de 2014;
- Posição sobre a possibilidade de o MEC não abrir vagas, ou de abrir em número insuficiente, em grupos de recrutamento em que existem professores com um elevado número de contratos anuais, completos e sucessivos;
- Enquadramento jurídico ou legal que preconizam para que os critérios defendidos pelo MEC, a partir de 2015, possam ser aplicados a partir de 2001;
- Qualificação de contratos de trabalho a termo sucessivos;
- Iniciativas legislativas que tencionem desenvolver para a aplicação integral da diretiva comunitária em Portugal a partir de 2001;
- Apoios a prestar à ANVPC para que possa dar eco nas instâncias judiciais europeias da possível discriminação que venha a ser criada resultante do processo de vinculação extraordinária.

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) referiu-se à importância da estabilização dos quadros de escola e de agrupamento, que levou o Ministério da Educação e Ciência a abrir o concurso extraordinário, e às negociações em curso para a estabilização da situação dos professores do ensino artístico. Considerou ainda que a questão demográfica não deve ser ignorada, tendo em conta que o 1.º ciclo vai perder cerca de 40.000 alunos, até 2017. Por último, sublinhou a importância da distribuição das vagas a concurso por grupos de recrutamento.

O Sr. Deputado António Cardoso (PS) referiu-se à importância de avaliar as situações irregulares, sublinhando a necessidade de acautelar que a entrada nos quadros se efetue de

uma forma sustentada e criteriosa. Terminou, entendendo que esta questão merece reflexão e fundamentação sustentada, de forma a evitar criar falsas expectativas aos professores.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou inaceitável o recurso ilegal à precariedade, entendendo que corresponde a uma desvalorização do trabalho dos professores, da carreira docente e da escola pública. Defendeu um tratamento igual para todas as carreiras da Administração Pública, entendendo que a proposta apresentada pelo Ministério da Educação e Ciência não serve. Referiu-se ainda à questão da demografia, considerando que não pode ser invocada como justificação para a precariedade, uma vez que não existe excesso de professores nas escolas.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) referiu-se à decisão política do Ministério da Educação e Ciência, imposta pela Diretiva Comunitária, entendendo que a Assembleia da República deve assumir uma posição, no sentido da reparação da ilegalidade que está a ser cometida, relativamente aos contratos com mais de 3 anos. Considerou ainda que o recurso à precariedade não pode ser justificado com a questão da demografia, entendendo que está em causa a democracia e a qualidade do sistema de ensino. Terminou, saudando a iniciativa e a luta da ANPC e defendendo que a Comissão deve acompanhar o esforço legislativo e administrativo do Ministério da Educação e Ciência.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) recordou que, sobre esta matéria, o Ministério da Educação e Ciência encetou um conjunto de procedimentos, que se encontram em negociação.

O Sr. Professor Pedro Gomes Vieira agradeceu as intervenções e referiu que iria fazer chegar à Comissão o documento com as perguntas que foram projetadas, para uma reflexão por parte dos Senhores Deputados. Mencionou a necessidade de pronunciamento, por parte do Ministério, no que se refere aos contratos sucessivos, considerando que a não clarificação poderá dar azo a ações judiciais.

Por último, leu uma comunicação, que poderá ser consultada na [página da Comissão](#), tal como a restante documentação desta audiência, incluindo a gravação áudio.

Palácio de São Bento, 19 de março de 2014

A assessora da Comissão

Cristina Tavares